

**Memória de reunião: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Social e de Turismo
– PMC**

Campinas, 17.01.2019

Local: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Social e de Turismo – PMC

Participantes:

- Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Social e de Turismo: André von Zuben e Cláudio Quércia
- Agemcamp: Sérgio Machado
- Emplasa: Eloisa Rolim, Fernanda Costa, Felipe Dias, Pedro Sales, Bráulio Amais e Eugenio Senese
- Centro de Estudos do Desenvolvimento Econômico (CEDE/Unicamp): Prof. Dr. Humberto Miranda e Leonardo Rodrigues Porto

Assunto:

De que forma e em quais situações o PDUI, que tem no ordenamento territorial um dos principais aspectos, pode contribuir para o desenvolvimento econômico da Região Metropolitana de Campinas ao tratar de questões como infraestrutura, meio ambiente e recursos hídricos, transporte e logística, etc., bem como, solicitar a colaboração desta Secretaria na indicação de diretrizes e propostas de âmbito regional para o PDUI-RMC, relativas ao tema estratégico Desenvolvimento Urbano e Econômico, com o propósito de complementar e aprimorar o Caderno Preliminar de Propostas, tendo em vista o Caderno Final de Propostas.

A Emplasa fez uma rápida apresentação do “estado da arte” do PDUI, em especial, o macrozoneamento proposto – resultante do trabalho coletivo junto aos vinte municípios que participam da Câmara Temática Especial do PDUI –, além das propostas e diretrizes compiladas no Caderno Preliminar de Propostas.

Foi dito pelo Sr. Secretário André von Zuben que o município de Campinas acabou de aprovar em dezembro duas leis complementares que irão contribuir para o desenvolvimento urbano do município de Campinas, e que têm uma visão regional: a Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo (LPOUS) e a Lei de Ampliação do Perímetro Urbano e da Zona de Expansão Urbana. Ambas seguem os critérios propostos pelo Plano Diretor Estratégico (PDE), sancionado no início de 2018.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Social e de Turismo tem acompanhado o desenvolvimento do PDUI, por meio de representantes da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano de Campinas, na Câmara Temática Especial do PDUI, e tem condições de colaborar com propostas, pois tem clareza dos aspectos que podem

impactar negativamente como, por exemplo, o fato de a área rural do município ser equivalente a 50% de seu território e agregar menos de 1% do PIB municipal.

Posteriormente, Leonardo, doutorando do CEDE, ressaltou que, embora a participação do setor agropecuário no PIB do município de Campinas seja pouco expressiva, atividade como um todo é relevante na região*.

Concordando com a ressalva feita, Senhor Secretário de Desenvolvimento André acrescentou que a produção de frutas/hortícolas do município de Campinas é, inclusive, maior do que a de outros municípios da região, sendo, portanto, uma atividade relevante. No entanto, considerando o fato de que as propriedades do município são, predominantemente, de média e pequena extensão, conseqüentemente, não figuram no radar do agronegócio. Para ser sustentável e sobreviver às pressões do setor imobiliário, as atividades da área rural necessitam de políticas de qualificação/especialização que busquem diferenciais de mercado que possibilitem agregar valor ao portfólio agrícola e proporcionem rendimentos que permitam ao produtor rural manter-se em atividade.

Um dos principais desafios a serem enfrentados na zona rural são as áreas que deixam de ser produtivas pelas razões acima, e conseqüente abandono do cultivo por parte do proprietário, passando a se somar ao estoque de áreas potencialmente atrativas para o mercado imobiliário.

André von Zuben informou que, diferentemente dos Planos Diretores anteriores, o atual contemplou a área rural e que indica diretrizes, como por exemplo, o programa de recuperação de nascentes em propriedades rurais.

O município entende que é necessário existir “qualidade de vida” para atrair empresas. São necessários esforços para acelerar a formação e qualificação da mão de obra, instalação de infraestrutura e oferta de tecnologia por meio de um plano estratégico e específico.

No concernente à exploração da área rural é necessário o aumento da rentabilidade e condições de segurança (há furtos constantes da produção de frutas, por exemplo).

Professor Humberto Miranda, responsável pelo diagnóstico econômico da RMC para o PDUI, fez algumas considerações. A determinação econômica tem uma forte expressão espacial e acaba por afetar e modificar o uso do solo.

Existem questões globais e estruturais no Brasil que, associadas à capacidade local de interferir, devem ser consideradas. Há aspectos que são fundamentais para um salto de qualidade da indústria para que o Brasil passe a ser de fato um “player” global. Esses movimentos devem ser observados.

Eugenio, da Emplasa, sugeriu encaminhar o Quadro do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento Urbano e Econômico à Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Campinas para verificar se há contribuições que possam ser acrescentadas. Convidou também os diretores e equipes a participarem das Audiências Públicas e da próxima rodada de reuniões do GT, se estas vierem a ser agendadas.

Por fim, o Senhor Secretário solicitou, a título de informação, o material que já foi produzido para o PDUI da RMSD sobre as áreas de interesse metropolitano, particularmente, as Centralidades e Polos.

***Nota:** O município de Campinas insere-se no vetor produtivo-espacial “Central ou Hortifrutigranjeiro”, mais diversificado, com predominância da olericultura, cultivo de flores e plantas ornamentais em ambiente controlado, fruticultura e pecuária de granja. O vetor Central se estende de norte a sul da RMC, passando por Holambra, algumas áreas de Santo Antônio de Posse, Campinas, porções de Itatiba, Sumaré e Indaiatuba e os municípios de Valinhos e Vinhedo, apresentando forte influência da economia urbana. Considerando apenas os municípios *core* do vetor (exclui-se Itatiba), a participação das áreas de lavoura no total da RMC chegou a 37% em 2016, com de 60% participação no valor da produção²⁷, e 35% de participação no valor adicional bruto total da agropecuária da RMC (em 2015).

²⁷ Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE não inclui a produção de flores e plantas ornamentais.

Fonte: *“A Reestruturação Econômico-Espacial e o Futuro da Região Metropolitana de Campinas: Prognósticos, Tendências e Cenários”, PDUI/RMC. Produto 3 – Relatório sobre desafios estruturais e cenários do desenvolvimento econômico regional. (CEDE/Unicamp, Julho de 2018.)*